

## **AUXÍLIO TRANSPORTE: AÇÃO JUDICIAL BENEFICIA DOCENTES DA UFRRJ**

O servidor federal tem direito ao recebimento de auxílio transporte, parcela destinada ao custeio parcial das despesas realizadas no deslocamento entre a residência e o local de trabalho. De modo geral, o governo paga o auxílio para quem faz uso do transporte coletivo convencional e, mediante apresentação de bilhete, para quem utiliza transporte seletivo. Porém, para quem emprega outros meios, como veículo próprio, o governo costuma negar o pagamento.

Por conta disso, a **ADUR**, por meio de sua **Assessoria Jurídica, Boechat e Wagner Advogados Associados**, moveu ação judicial coletiva para **garantir o pagamento do auxílio transporte aos professores da UFRRJ independentemente do meio utilizado.**

O processo coletivo obteve decisões favoráveis definitivas, reconhecendo o direito dos servidores. O judiciário reconheceu o direito ao auxílio transporte “***sendo irrelevante fazer uso de transporte público ou de veículos privados – próprios ou seletivos especiais***”. Para fazer jus ao auxílio, basta que tenham sido realizadas despesas, “*presumindo a veracidade da declaração*” do servidor. A sentença também condenou a Universidade ao pagamento dos valores devidos e não pagos desde novembro de 2013.

**Docentes que utilizem qualquer meio de transporte (inclusive veículo próprio) para o deslocamento ao trabalho e que ainda não recebam o auxílio-transporte podem solicitar o pagamento**, observando que, caso a região seja atendida por transporte coletivo, é necessário informar os custos da tarifa comum. **Caso o pedido seja negado, o docente deve contatar a Assessoria Jurídica para promover o cumprimento de sentença.**

**VALORES ATRASADOS:** *aqueles professores que tiveram o pagamento do auxílio transporte negado, a partir de novembro de 2013, devem solicitar cópia do processo administrativo contatar a Assessoria Jurídica.*

**Atenção:** cada servidor deve analisar sua situação pessoal, pois o recebimento da parcela implica desconto de 6% na remuneração. Ou seja, é essencial verificar se o valor a ser recebido (com base no custo do transporte coletivo, caso o trajeto seja atendido pelo modal) é maior que o desconto. Se esse não for o caso, se o valor for inferior, não há vantagem financeira em apresentar o requerimento.

A Assessoria Jurídica está à disposição para examinar as situações individuais conforme necessário.

Nossos contatos: [contato@boechatewagner.adv.br](mailto:contato@boechatewagner.adv.br) / [boechatewagner@gmail.com](mailto:boechatewagner@gmail.com)  
(21) 99905-9032 (Whatsapp)